COMUNICADO DO EXECUTIVO DA FEDAPAGAIA

Assunto: Impacto acumulado das interrupções letivas e das greves anunciadas nas aprendizagens dos alunos

O Executivo da Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação do Concelho de Vila Nova de Gaia (FEDAPAGAIA) manifesta publicamente a sua preocupação com o impacto acumulado das interrupções da atividade letiva nas aprendizagens dos alunos e na vida das famílias do concelho.

Às greves já realizadas desde o início do ano letivo e ao encerramento das escolas no passado dia 11 de novembro juntam-se novas paralisações anunciadas para os dias 20, 24 e 30 de novembro e 2 de dezembro de 2026. Esta sucessão exige uma reflexão séria sobre a continuidade do percurso educativo das crianças e dos jovens.

1. Contexto da situação

As quatro datas de greve anunciadas concentram-se num intervalo inferior a duas semanas. Embora o funcionamento de cada estabelecimento dependa da adesão dos seus profissionais, poderão ocorrer novos encerramentos de escolas, suspensões de aulas e interrupções dos apoios educativos.

O encerramento de 11 de novembro teve uma causa distinta, relacionada com a proteção e a segurança da comunidade educativa perante as condições meteorológicas. Não confundimos essa decisão com o exercício do direito à greve. Contudo, no percurso dos alunos, o tempo sem aulas acumula-se, mesmo quando os motivos são diferentes.

Se as quatro paralisações anunciadas conduzirem ao encerramento de uma mesma escola, somando o dia 11 de novembro, estarão em causa cinco dias sem atividade letiva presencial. Num calendário com início das aulas a 15 de setembro e sem outras interrupções previstas neste intervalo, isso representará cerca de 9% dos dias de aulas programados até 2 de dezembro, ainda sem contar com as perdas decorrentes das greves anteriores.

geral@fedapagaia.pt
www.fedapagaia.pt
Rua General Torres 1220, piso -1 S.9
4400-164 Vila Nova de Gaia

Este valor corresponde a um cenário possível, não a uma perda já verificada em todas as escolas. O impacto efetivo deve ser apurado em cada agrupamento, considerando o respetivo calendário e as aulas e os apoios que não foram realizados.

2. Preocupações da FEDAPAGAIA

2.1. Impacto educativo

A nossa principal preocupação é a continuidade das aprendizagens. A repetição de interrupções pode provocar:

- Quebras na sequência do trabalho pedagógico e nos ritmos de aprendizagem.
- Dificuldades no acompanhamento e na consolidação dos conhecimentos.
- Interrupção de apoios educativos e de respostas especializadas.
- Necessidade de reorganizar avaliações, atividades e trabalho previamente preparado.
- Agravamento das dificuldades dos alunos que mais precisam de acompanhamento regular.

A resposta a estas interrupções deve partir das dificuldades efetivamente identificadas e assegurar o acompanhamento de que os alunos necessitam, sem transferir para as famílias a responsabilidade de compensar o trabalho que não foi possível realizar na escola.

2.2. Impacto nas famílias e na conciliação entre trabalho e família

A incerteza sobre a abertura das escolas obriga as famílias a reorganizações sucessivas, nem sempre compatíveis com as suas responsabilidades profissionais.

Para muitos pais e encarregados de educação, acompanhar os filhos nestes dias implica faltar ao trabalho, perder rendimento ou recorrer a alternativas com custos acrescidos.

As dificuldades são particularmente acentuadas para quem tem horários rígidos ou não dispõe de uma rede de apoio.

Mas a escola não é apenas um lugar onde os alunos ficam enquanto os pais trabalham. A questão central continua a ser o acesso à educação, ao acompanhamento e às oportunidades de desenvolvimento que a escola proporciona.

2.3. Desigualdade no acesso à educação e aos apoios

As famílias não têm todas os mesmos recursos para responder às interrupções da atividade letiva.

Merecem particular atenção os alunos que necessitam de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, sobretudo quando dependem de rotinas estáveis, acompanhamento especializado e apoios regulares. Para estes alunos e para as suas famílias, a interrupção dessas respostas representa uma dificuldade acrescida, que não se resume à perda de aulas.

Também os alunos que dependem da escola para ter acesso a uma refeição equilibrada ou a acompanhamento educativo ficam particularmente expostos. A suspensão destas respostas pode agravar desigualdades que a própria escola tem a responsabilidade de ajudar a reduzir.

3. Apelo ao equilíbrio entre direitos

A FEDAPAGAIA respeita o direito à greve. Esse respeito não implica concordância com todas as reivindicações, nem dispensa uma reflexão sobre as consequências do seu exercício para os alunos.

O direito à greve deve ser conciliado com o direito dos alunos à educação. Isso exige que, antes de serem convocadas novas paralisações, se tenha em conta o tempo de aulas já perdido e o impacto de mais interrupções nas aprendizagens, nos apoios educativos e no percurso escolar das crianças e dos jovens.

É neste sentido que invocamos o princípio da proporcionalidade. Não basta analisar cada greve isoladamente: é necessário considerar a frequência das interrupções, a sua concentração no calendário e os seus efeitos acumulados.

Este apelo dirige-se às estruturas sindicais e às entidades responsáveis pelo funcionamento do sistema educativo. A proteção das aprendizagens exige responsabilidade nas decisões de todos os intervenientes.

4. Solicitações e recomendações

A FEDAPAGAIA:

1. Apela às estruturas sindicais para que ponderem o impacto acumulado das paralisações e procurem formas e calendários de intervenção que reduzam a repetição de perdas letivas para os mesmos alunos.
2. Solicita ao Governo e às restantes entidades competentes que assumam as suas responsabilidades na resolução dos problemas que afetam o funcionamento das escolas, mantendo um diálogo sério e orientado para soluções. Dialogar não significa aceitar todas as reivindicações, mas exige avaliar os problemas, as propostas e as consequências das decisões.
3. Solicita aos agrupamentos que apurem o tempo de aulas e de apoios efetivamente perdido e identifiquem as necessidades de recuperação, dando prioridade aos alunos com maiores dificuldades.
4. Recomenda às direções escolares que comuniquem às famílias, com a antecedência possível, os constrangimentos previstos e atualizem essa informação logo que sejam conhecidas as condições efetivas de funcionamento.
5. Apela à Autarquia e às direções escolares para que articulem, dentro das respetivas competências e do quadro legal aplicável, respostas que preservem o acesso à alimentação das crianças e dos jovens que dela dependem.
6. Recomenda aos pais e encarregados de educação que acompanhem as comunicações dos agrupamentos e confirmem as condições de funcionamento das escolas antes de deixarem os seus educandos.

A FEDAPAGAIA mantém a sua disponibilidade para colaborar com as associações de pais, os agrupamentos e as restantes entidades na identificação de dificuldades e na construção de respostas centradas nos alunos.

5. Nota final

A posição da FEDAPAGAIA é clara: respeitar o direito à greve não significa deixar de questionar o impacto da repetição das paralisações na educação das crianças e dos jovens.

Os alunos não podem continuar a acumular perdas sem que o seu impacto seja avaliado e sejam tomadas medidas para o reduzir. Também não pode ser exigido às famílias que resolvam, pelos seus próprios meios, todas as consequências das interrupções do funcionamento das escolas.

A continuidade das aprendizagens, a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento dos nossos filhos têm de ser uma prioridade efetiva nas decisões que afetam a escola.

19 de novembro de 2026

Pelo Executivo da FEDAPAGAIA,



António Cunha Pereira

Presidente do Executivo da FEDAPAGAIA